

Utopia anti-utópica?

A palavra “utopia” pertence à herança da humanidade. A ideia de “utopia” remete para um “lugar perfeito” situado em “lugar nenhum”. A sorte da humanidade parece ter oscilado entre a perfeição e a anulação, um ritmo macabro inscrito na História e na memória dos povos. Primeiro, foi a religião e a promessa de salvação para toda a eternidade. Depois, decretada a abolição da religião no pensamento Ocidental, foi a promessa de felicidade no curto tempo da Terra. Para John Gray, a felicidade veio substituir a salvação, uma passagem perversa assinalada pelo ritual de uma misa negra e na qual os grandes mitos políticos e científicos se encontram em perfeita comunhão.

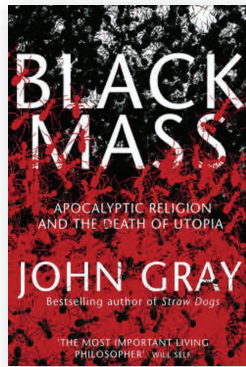
Primeiro, foi a viagem em direcção ao Apocalipse purificador do Juízo Final. Depois, foi a marcha no sentido do Apocalipse libertador da Idade da Razão. Para John Gray, quer a razão da fé, quer a fé na razão, pertencem à categoria da ilusão e da fantasia num mundo persistente de homens em conflito. No mundo de Gray não existe uma lei, nem uma lógica, nem a mínima progressão no sentido real de um destino final. No mundo de Gray, a História será o relato do caos e do erro, a História será a imagem imperfeita que se projecta no espelho da criação partido para sempre no primeiro instante do tempo.

Black Mass – Apocalyptic Religion and the Death of Utopia é uma obra paradoxal. De certo modo, em *Black Mass* existem dois livros que jamais alcançam a conciliação ou a continuidade. Por um lado, existe um ensaio de Teoria Política a propósito de uma concepção da História – a narração de um *sentido* inscrito no tempo e nas coisas. Por outro lado, existe uma reflexão polémica sobre a história da actualidade – o conflito no Iraque. O confronto entre o *what ought to be* normativo do primeiro momento e o *what is* descritivo do segundo momento deriva numa peculiar dissonância que perturba a consistência da obra. Mas para uma obra tão profundamente influenciada pela teoria política liberal e pela tradição política conservadora, talvez tivesse sido mais conveniente uma reflexão centrada exclusivamente na dimensão normativa. John Gray poderia ter escrito um ensaio filosófico sobre a possibilidade da História no universo conservador – um ensaio sobre a aventura da humanidade sem mito fundador, momento redentor ou horizonte final. As questões que deveriam suportar o hipotético ensaio de John Gray poderão ser formuladas do seguinte modo: *Será que está ao alcance da experiência, através da acção consciente e deliberada, a*

modificação do homem na circunstância do mundo? Será a política a afirmação de uma identidade e de uma continuidade no fluxo contínuo e ilimitado do tempo? Será que o homem oscila entre a dispersão individual e o esplendor de uma concepção universal?

A propósito de *Black Mass*, John Gray identifica um conjunto de obras que o terão “inspirado” na reflexão e na escrita do livro. As referências surpreendem pela originalidade e diversidade: a sonata para piano N.º 9 Op 68, *Black Mass*, de Alexander Scriabin; o filme *Mirror* da autoria de Andrei Tarkovsky; o romance *Wolf Solent* do escritor britânico John Cowper Powys; Fernando Pessoa em colectânea intitulada *A Little Larger than the Entire Universe: Selected Poems*; Montaigne e os clássicos *Essays*. Apesar da omissão de Gray, será possível encontrar um denominador comum a tão múltipla e heterogênea colecção? Existe de facto um motivo que une todos estes elementos, um motivo que se revela na impossibilidade de uma narrativa unificadora e na expressão de um subjectivismo radical. O ritmo cromático e atonal de uma sonata; a sucessão temática e cíclica da representação da memória que se mistura com as imagens impessoais dos acontecimentos contemporâneos; as meditações sobre a vida e a morte, o bem e o mal, o corpo e a alma, e nas quais o trivial observado se transforma na superfície de uma viagem do espírito; a explosão dos heterónimos e a afirmação do *eu* enquanto última possibilidade na construção de um *sentido*. Para John Gray, o mundo não se parece com uma fábula, o homem vagueia no limiar das palavras e a verdade é uma pausa entre metáforas impossíveis.

Mas implícito em *Black Mass* estará a profunda influência de Isaiah Berlin e a peculiar interpretação de John Gray. Isaiah Berlin identificou e descreveu o que considerou ser a virtude fundamental do liberalismo, nomeadamente, a possibilidade de conciliação e o necessário equilíbrio entre uma pluralidade de modos de vida. No entanto, o dilema do liberalismo reside na impossibilidade de estabelecer uma hierarquia e de resolver os inevitáveis conflitos resultantes da natural convivência entre uma pluralidade de modos de vida. A definição de uma ordem e a atribuição de um valor particular a um determinado modo de vida seria sempre observado como um acto impróprio de uma conduta liberal. De certo modo, subjacente estará a visão da humanidade enquanto aglomerado de grupos em perpétua competição. Como tal, a perpétua competição entre grupos implicará a perpétua ameaça que recai em permanência sobre a ideia e a con-



Black Mass:
Apocalyptic Religion
and The Death of Utopia
Jonh Gray
Allen Lane, Londres,
2007, 256 pp.

cepção de um mundo liberal. John Gray observa no liberalismo uma dimensão trágica - o filósofo utiliza a expressão “liberalismo agonístico” -, uma dimensão que justifica um profundo cepticismo e que suporta a completa descrença na mínima possibilidade de progresso. John Gray expande o insight de Isaiah Berlin à categoria de um argumento radical, justificando deste modo a refutação de uma qualquer noção de progresso, a rejeição da mais ténue hipótese de harmonia, a negação de um “destino particular” comum ao *ensemble* da humanidade.

Na sequência do argumento de *Straw Dogs* (livro de John Gray publicado no ano de 2002), o homem será apenas um predador dotado de razão. A razão terá produzido a ciência e um simulacro de progresso. Mas a razão jamais alcançará a sabedoria necessária para ultrapassar a natureza do homem - animal, violenta, agressiva, dominadora, na qual a salvação se confunde com a preservação da espécie e a felicidade com a propagação mecânica de uma herança genética. Na visão desencantada de John Gray, a civilização liberal é apenas mais uma utopia condenada a um instante no tempo.

No mundo de Gray, a moral - individual ou política - deixou de fazer sentido. No universo de Gray existe apenas lugar para a equivalência moral, momentos que se sucedem no século, lapsos de tempo em que o novo mito redefine a velha visão e o homem se move, em permanência, na direcção de uma Nova Jerusalém. Só deste modo se compreende a alucinante sucessão de mitos e utopias políticas que o filósofo descreve e analisa - o regime “teocrático-comunista” de John of Leyden, em pleno século XVI, na cidade de Münster; a Revolução Francesa, o Jacobinismo e o Terror de 1792-94; a cidade de *New Harmony* criada, no século XIX, por Robert Owen, no Indiana, e vocacionada para a harmonia de uma “vida comunal”; a “comunidade utópica” de Oneida, baseada no “comunismo da Bíblia” e fundada no século XIX por John Humphrey Noyes no estado de New York; o Comunismo Soviético e a “moderna Revolução Milenarista”; o Nacional-Socialismo e a utopia científica do

“humanismo moderno” nascida com o Iluminismo; a “Nova Civilização” anunciada pela Revolução Chinesa; Margaret Thatcher, a “utopia neoliberal” e a “morte do Conservadorismo”; Tony Blair e o “novo mundo” nascido da virtude universal do “intervencionismo liberal”; o NeoConservadorismo, os “missionários armados”; a “Revolução Global e Democrática”, a América e o “Novo Apocalipse”. De modo algo surpreendente, a anatomia de Gray inclui no elenco da utopia todo e qualquer empreendimento político.

John Gray acaba por concluir que a morte da utopia é uma realidade na época contemporânea. Não pretendendo jogar com os conceitos, não será precipitado decretar a morte da utopia? Sonhar com o fim da utopia não será a versão final de uma outra utopia que tem por objectivo terminar com todas as utopias? Neste ponto impõe-se uma referência à teoria política de Michael Oakeshott. Em *The Politics of Faith & the Politics of Scepticism*, Oakeshott identifica a polaridade essencial na cultura política Ocidental - a fé e o cepticismo. De acordo com o filósofo, esta ambivalência não conhece o destino de uma conciliação possível, nem pela fusão dos pólos, nem pela anulação de um pólo contrário. Ao considerar as versões históricas dos dois “estilos de política”, Michael Oakeshott observa uma “ambiguidade na acção”, concluindo que o verdadeiro carácter da política se diferencia por uma concordância discors entre dois pólos irreductíveis e incomensuráveis. Para além de duas referências próximas e pouco relevantes em *Black Mass*, Michael Oakeshott será um ilustre ausente na reflexão de John Gray.

Em *Cultural Amnesia: Notes in the Margin of Time*, Clive James escreve o seguinte a propósito da condição do homem no mundo:

It was the human mind that got us this far by considering what had happened in history; by considering the good that have been done, and resolving to do likewise; and by considering the evil, and resolving to avoid its repetition.

Eis um conselho com o valor de mil filosofias.

* DOUTORANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FAÇA PARTE DA
NOVA CIDADANIA.

Nova
Cidadania